

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CONTRATO DE CONTA CORRENTE

BANCO — CONTRATO - CONTA CORRENTE - LIMITE DE CRÉDITO - SALDO DEVEDOR

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DAVARA CÍVEL DA COMARCA DE ESTADO DO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua cidade/estado, inscrita no CNPJ/MF sob nº, por seu advogado e procurador ao final assinado, constituído nos termos dos inclusos instrumentos de mandato e substabelecimento, com escritório na rua, nesta Capital, onde recebe intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 1.102, "a", e seguintes, do Código de Processo Civil, propor AÇÃO MONITÓRIA em face de, brasileiro, casado empresário, inscrito no CPF/MF nº, residente e domiciliado na rua, bairro, em cidade/ Estado, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos. 1. Em Requerente e Requerido firmaram uma Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta Corrente -, conta corrente nº, pela qual foi concedido em favor do Requerido um limite de crédito no valor de R\$(.....), a ser utilizado na forma contratada, renovando-se conforme cláusulas 8ª. Em decorrência do contrato havido entre as parte, o Requerido passou a utilizar os valores concedidos, até o limite de crédito contratado. 2. Ocorre que o Requerido deixou de prover os valores que retirava, acarretando a permanência do saldo devedor em contra corrente, situação que perdura até a presente data, conforme comprovam os extratos anexos. 3. Vencido o contrato e diante da ausência de pagamento do débito, não restou ao Autor outra medida, a não ser a propositura da presente medida jurisdicional. 4. A documentação apresentada pelo Autor, comprova o seu crédito junto ao Requerido, atendendo assim aos pressupostos processuais da ação proposta. 5. O crédito do Autor em montava em R\$ (...), conforme extratos de movimentação da conta corrente. A partir desta data até, o crédito do Autor foi atualizado com base no IGPM, e acrescido de juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano, conforme demonstrativo de débito anexo, montado atualmente em R\$ (...). 6. Nestas condições, requer-se a citação do Requerido para que no prazo legal, pague a importância de R\$ (...), valor apurado em, devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, ou querendo, no mesmo tempo, ofereça embargos. Em sendo oferecido embargos, requer-se a procedência do pedido inicial, condenando o Requerido ao pagamento da importância declinada, devidamente atualizada pelos índices oficiais, acrescida de juros de mora de 1% ao mês, multa contratual, custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, requerendo ainda, neste caso, a produção de todos os meios de prova em direito admitidos. Em não sendo paga a quantia reclamada, nem oferecidos embargos, requer-se a conversão do mandato, atribuindo ao mesmo força executiva, para o pagamento em 24 horas da importância demandada, conforme artigo 1.102, alínea "c", c/c art. 646 e seguintes do Código de Processo Civil. Requer-se, ainda, possa o Sr. Oficial de Justiça valer-se dos benefícios contidos no artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil. 7. Dá-se à presente causa o valor de R\$ (...). Nestes termos, Pede deferimento. ..., .../.../... ... Advogado